

BÉNÉDICTE DELIGNON, *La morale de l'Amour dans les Odes d'Horace: poésie, philosophie et politique*, Paris, Sorbonne Université Presses, 2019. 392 pp. ISBN 979-10-231-0576-6

O tema do erotismo ou do amor nas *Odes* de Horácio tem sido tratado sob diversos pontos de vista, com particular incidência numa análise intra- e intertextual, em diálogo com a tradição lírica grega; esta metodologia, já presente num autor como Pasquali (1920, pp. 392-520), foi sendo particularmente desenvolvida na riquíssima história do comentário às odes horacianas, em que continuam a ser referências seguras as obras de Nisbet e Hubbard (1970; 1978) para os dois primeiros livros, a de Nisbet e Rudd (2004) para o terceiro livro e o comentário de Fedeli e Ciccarelli (2008) para o último livro das odes. Quanto a monografias dedicadas exclusivamente ao tema, os contributos são também vários, desde o estudo do simbolismo sexual feito por Minadeo, *The golden plectrum: sexual symbolism in Horace's Odes* (1982) passando por uma perspectiva feminista como a de Ronnie Ancona, *Time and the erotic in Horace's Odes* (1994), ou pela análise do discurso erótico horaciano, desenvolvida mais recentemente por Eicks em *Liebe und Lyrik* (2011), que acaba por questionar a própria legitimidade de se poder isolar, para efeitos exegéticos, este *corpus* de “odes eróticas”.

É, portanto, no contexto de uma longa e fértil discussão – mais focada por vezes, mais dispersa por outras – que a monografia de Bénédicte Delignon se insere. A obra, contudo, parte de um ponto de vista original, que se prende com o fio condutor de todo o texto: tentar demonstrar que Horácio, quando aborda nas suas odes temas relacionados com o erotismo ou com a paixão erótica, entra em ruptura com a lírica arcaica grega, fazendo das suas composições, explícita e implicitamente, veículos de promoção de uma moral sexual de cunho romano. No entender da autora, pois, a poesia erótica grega caracterizada pela ausência do ponto de vista moral, optando por cantar o desejo sexual ou o poder da paixão sem qualquer objectivo de edificação moral ou social. Esta premissa em relação à poesia grega arcaica, embora bem explanada e documentalmente sustentada ao longo de todo o livro, corre talvez o risco de ser demasiado ambiciosa, a começar pelo simples facto – tantas vezes negligenciado por este tipo de leitura intertextual – de conhecermos apenas uma ínfima parte da produção lírica grega antiga (um *caveat* que a autora sublinha na p. 91), além de que é difícil olhar para a produção iâmbica de um Arquíloco (que representa, para todos os efeitos, também ele a “poesia erótica antiga”, e que serve de modelo não só para os epodos, mas igualmente para algumas odes, como a famosa 2.7) sem ler neles uma moral sexual explícita quando, por exemplo, condena a licenciosidade e a libido da mulher velha que não compreende o ridículo do seu comportamento, crítica social e antecedente literário imitados várias vezes por Horácio, como na ode 3.15 – algo que Nisbet e Rudd já tinham sublinhado (pp. 191 ss.).

Não obstante, e talvez mais importante do que esta premissa, a leitura que a autora faz das odes eróticas de Horácio é sempre coerente, ao intentar analisar este *corpus* lírico tendo em conta três vectores exegéticos: a) a relação do poeta romano com o pensamento das diversas escolas filosóficas sobre a “ética sexual” (com particular incidência no epicurismo e na Academia); b) a relação com o *mos maiorum*, ou seja, com a “moral sexual” de tradição romana; c) a relação com a ideologia política augustana. Estes três vectores vão, pois, guiar todo o livro, sem nunca se perder o permanente diálogo com a tradição grega arcaica e helenística, património fundador da lírica horaciana, bem como com a elegia latina. É, aliás, de louvar o facto de todos os textos originais citados, quer latinos, quer gregos, apresentarem uma tradução muitas vezes da própria autora, permitindo ao leitor que não domine a língua grega acompanhar a riquíssima intertextualidade das *Odes*, algo praticamente impossível na maior parte dos comentários de referência.

A monografia apresenta, pois, uma organização clara, que permite uma leitura escorreita do texto, e em que os argumentos aduzidos e a estrutura dos capítulos se desenvolve de forma harmoniosa, com frequentes momentos de sistematização. O livro consiste em três partes, com três capítulos cada; a primeira parte trata da moral erótica

das *Odes* e discute a sua origem filosófica; a segunda explora a moral sexual de um ponto de vista social e ideológico; a terceira estuda aquilo que a autora considera ser uma “poética de compromissos”, discutindo a forma como a moral sexual se articula com o canto da paixão nas *Odes*.

Embora seja uma questão permanentemente discutida – e tantas vezes inconsequente – saber se Horácio é mais epicurista do que estóico, ou vice-versa, Bénédicte Delignon sustenta, na primeira parte do seu livro, uma tese bem mais desafiante, procurando argumentar que o eclectismo filosófico horaciano tem a ver não tanto com o seu próprio temperamento literário ou *persona* lírica, mas com os seus estudos na Academia, instituição filosófica grega descendente de Platão, com profundas raízes em Roma. De facto, a tendência não-dogmática desta escola parece mimetizada na própria postura filosófica de Horácio em muitas odes, o que ajuda a explicar porque convivem num mesmo autor influências epicuristas e estóicas (que são, aliás, amplamente discutidas na primeira parte do livro).

Para chegar, porém, a esta conclusão, a autora aborda primeiro a ética epicurista, sublinhando, com base em Lucrecio, que para esta escola o *amor* é fundamentalmente um *furor* ou uma *rabies*, algo que ilumina a interpretação de algumas odes de Horácio, como a 1.5, em que o tormento do amor se somatiza de forma nefasta. Embora a discussão seja fluida e copiosamente documentada, algumas leituras parecem-nos talvez um pouco forçadas; por exemplo, ao atribuir-se aos epicuristas a ideia de que o amor sexual não é um mal em si, desde que o amante não se prenda ao corpo do outro (a ideia de uma *Vulgiuaga Venus*), subentende-se, no contexto do capítulo, que este foi o principal móbil de Horácio para o vasto número de amantes que surgem na sua lírica. Ora, como a própria autora admite, esta abundância de nomes pode ser o resultado de um artifício lírico que já era grego, a que a *imitatio* horaciana não podia ser indiferente. Aliás, ter o *De rerum natura* como ponto de comparação para a linguagem erótica horaciana pode ser um exercício arriscado: o *medium* é significativo na comunicação (como tão bem explorou Marshall McLuhan), e Lucrecio não é, de facto, um autor lírico. A autora, porém, tem o cuidado de ir sublinhando esta dificuldade quando, por exemplo, analisa a linguagem dos fluidos epicuristas (p. 46), afirmando que a ode 1.13 tem mais de Safo do que de Epicuro. Uma discussão bem mais evidente parece ser aquela sobre a relação de Horácio com o modelo elegíaco que pontifica na época augustana, ao sublinhar que a devoção a uma única *dura puella* é contrária ao pensamento horaciano e epicurista da *Vulgiuaga Venus*, algo visível também na aversão à *querela* elegíaca, em que autores como Propércio ou Tibulo se lamentam e ambigualmente se comprazem com a dor da paixão.

Continuando a articular a recusa da estética elegíaca com uma adesão aos princípios vitais do epicurismo e do estoicismo, a autora argumenta no segundo capítulo que a própria relação entre temporalidade e moralidade, estabelecida em algumas odes por Horácio, não se deve somente à estética lírica grega, em particular ao epitalâmio e à canção simposiática; se o erotismo horaciano canta um amor que existe exclusivamente no aqui e no agora, ao contrário do ideário elegíaco (em que os amores se arrastam pelo tempo e têm uma só “musa”), tal se deve imputar não só à influência da lírica arcaica (nomeadamente na “ilusão” de performance da ode horaciana), mas também às doutrinas estóicas e epicuristas, que defendem que o homem sábio não se deve projectar no futuro, pois isso o impedirá de obter a almejada ataraxia.

Não é isento de discussão, porém, definir-se a ode horaciana amorosa como uma estética do “aqui e agora”. Embora nos pareça evidente que o enunciado de certas odes seja marcado pelo presente poético, parece-nos que a autora não sublinha algo marcante numa leitura intertextual do *corpus* de todas as odes, como nas chamadas *canzioni a dispetto* (tal como Pasquali agrupou as odes 1.25, 3.15 e 4. 13), onde três mulheres, embora com nomes diferentes, se inserem numa notória lógica temporal, que vai desde o viço da juventude até ao declínio da velhice: algo que o próprio sujeito lírico experimenta na ode 4.1. Por outro lado, é difícil não ler as odes 1.8, 1.13 e 1.25, no contexto do primeiro livro, como uma narrativa temporal acerca de uma só personagem, Lídia, com o

mesmo percurso decadente de Clóris (3.15) ou de Lice (4.13). Não é, pois, de desprezar uma leitura intratextual e macro-estrutural das odes, como aliás a autora ensaia no quinto capítulo, fazendo da disposição das odes amorosas no contexto das odes sociais ou políticas um argumento de peso a favor da adesão do vate romano ao regime augustano.

Mas talvez ainda mais ambicioso seja o terceiro capítulo, e simultaneamente o seu contributo mais original: a ideia de que Horácio não foi educado filosoficamente nem na escola estóica nem epicurista, mas na académica, e de que este facto se reflecte na sua poética. Segundo a autora, o poeta romano deve à Academia “não só um pensamento, mas também um léxico, uma mesma estrutura, de tal forma que podemos falar de uma verdadeira integração da filosofia em algumas odes” (p. 111). Assim, depois de sublinhar algo que em termos biográficos é evidente – a passagem de Horácio pela Academia em Atenas (Hor. *Epist.* 2.2.42-45) – bem como as várias referências na sua obra a esta escola filosófica, a autora reclama a recusa sistemática da Academia ao dogmatismo que caracteriza outras escolas filosóficas como a principal chave hermenêutica para a ode 1.29, onde o poeta parece aderir aos princípios ecléticos da *Socratica domus*. Daí passa-se para aquele que é um dos grandes objectivos do livro: encontrar influências do pensamento ciceroniano na obra de Horácio. Esta relação, porém, nem sempre nos parece óbvia: por exemplo, há uma longa discussão sobre uma mesma citação do *Eunuco* de Terêncio presente em Cícero (*Tusc.* 4.35, 75-76) e em Horácio (*Serm.* 2.3, 264-271, um texto que não pertence, aliás, ao *corpus* lírico), algo que leva a autora a concluir que ambos os autores têm uma concepção semelhante da moral sexual, assente nos princípios do *mos maiorum*; ora, como a autora admite, essa citação poderia ter chegado ao poeta romano independentemente – e parece-nos até fraco argumento referir que mais nenhum outro autor antigo usou a citação: pode tratar-se de uma simples coincidência, ou podemos até aventar que a citação estivesse presente num outro autor que não tenha sobrevivido ao tempo.

A discussão, porém, deste terceiro capítulo faz-se em grande parte em torno do conceito de *decorum*, virtude cardinal em Cícero; depois de aproximar convincentemente algum do pensamento e do léxico ciceronianos a textos de Horácio, não da sua lírica, mas da sua *Arte Poética* (114-122; 306-318), a autora passa àquela que seria a demonstração textual de que algumas odes de Horácio, do ponto de vista da sua moral sexual, têm uma matriz académica, procurando ler as odes 3.15, 4.13 e 4.1 tendo em conta o léxico ciceroniano, em particular a noção de *decorum*. A argumentação, porém, nem sempre é convincente. Por exemplo, será o uso de formas verbais como *decet* argumento decisivo para defender que a adequação do indivíduo à sua idade e estatuto social é uma ideia imputável de preferência ao filósofo romano e à escola académica? Porque não ter aqui como fonte o *mos maiorum*, que servirá aliás de guia à segunda parte do livro? Da mesma forma, embora se apresente a ode 1.5 como exemplo estrutural da ideia da dualidade da alma (uma parte racional e uma parte sujeita às paixões), tal como descrita por Cícero, a argumentação não nos parece demonstrar cabalmente que a fonte será, de facto, o filósofo romano.

A segunda parte do livro, que aborda a moral romana e o cidadão-amante, parece-nos talvez menos polémica, ao defender que a moral erótica das *Odes* é, para além de credora da filosofia, também ela, em larga medida, uma moral social. Depois de fazer uma leitura social e política de certas odes eróticas a partir da sua posição na macro-estrutura das odes, o quarto capítulo analisa mais convincentemente a ode 2.9 e 4.1 como exemplos claros do amante-cidadão, em que os excessos da paixão são moderados por uma vida cívica. Particularmente bem sustentados são os parágrafos que vêm nos frequentes retratos da *puella* em idade núbil ou da *matrona romana* exemplos da adesão de Horácio aos princípios morais do *princeps*, em consonância com a legislação augustana sobre o matrimónio (a *lex Iulia de maritandis ordinibus* e a *lex Iulia de adulteriis coercendis*, ambas de 18 a.C.). Assim também se argumenta com verosimilhança que aquele amor erótico mais desenfreado que se lê em algumas odes de Horácio é legitimado pelo próprio *mos maiorum*, que não se opõe a que este tipo de desejo sexual seja dirigido

a cortesãs, como é manifesto em 2.4, 2.11 ou 1.33. Também bem explanada está a ideia de que algumas odes se oferecem, neste capítulo, como um claro contraponto à elegia.

No capítulo seguinte, ao procurar evidenciar que a moral erótica das odes tem também uma função social, a autora aduz argumentos sólidos: o facto de muitas odes eróticas serem dedicadas a personalidades políticas do *entourage* de Augusto parece convidar a lê-las sob esse prisma. O tema enquadra-se na já muito estudada relação entre as reformas legislativas de Augusto em torno do matrimónio e do adultério e certos *Leitmotive* morais horacianos, salientando-se, porém, uma leitura bastante atenta do paralelismo estabelecido por Horácio entre o programa de restauração dos templos e a re-dignificação do matrimónio na ode 3.6. Mais discutível será a leitura de 3.4 (p. 201), em que se propõe que a componente erótica sirva para contornar o facto de Augusto ter recusado celebrar um triunfo no seu regresso da Hispânia – um argumento talvez mais flébil do que os anteriores.

O último capítulo desta parte aborda a forma como paz e guerra – em particular, os exercícios militares – servem como terreno fértil, nas odes eróticas, para uma ética filosófica e uma moral cívica, como se lê na interpretação da ode 3.12, que vê no descrever erótico do *iuuenis* uma referência à *virtus* bélica romana, ou a ode 1.8, que aponta na recusa de Síbaris em executar os exercícios típicos da juventude romana um exemplo pela negativa em como a paixão pode contaminar os princípios do *mos maiorum*. Esta visão da disciplina militar como valor ético e moral pode, de facto, como defende a autora, ter raízes em Cícero (em particular no livro II das *Tusculanae*), mesmo que Horácio, nesta mesma ode e em 3.7 ou 4.1, implicitamente admita que a *exercitatio* possa ter uma indelével carga erótica.

Na última parte da sua monografia, Bénédicte Delignon procura estudar a forma como Horácio gere, em certas odes, a evidente tensão que surge entre a paixão erótica e a moral sexual, e como o poeta supera tal dificuldade recorrendo à articulação de diversos géneros literários. Por exemplo, ao analisar a ode 3.11, a autora argumenta que a *imitatio* de Anacreonte se dá num espaço de conjugação de géneros (*transgénéricité*, tal como predicado pela autora), algo que permite a Horácio conciliar a paixão erótica com a voz do *mos maiorum*, ao fazer destes seus versos uma ode matrimonial; num outro exemplo, o hino a Vénus de 1.30 abre espaço a uma “ética erótica” no seio do género hímnico. Para além desta *transgénéricité*, a autora argumenta que também a pragmática das formas poéticas líricas gregas (um epitalâmio, por exemplo, era concebido para ser cantado num ritual nupcial que acontecia *de facto*) é manipulada por Horácio como forma de reafirmar uma moral sexual. Isto ajuda a explicar como a fórmula iâmbica da *diffamatio*, fulanizada na poesia epódica grega, seja usada por Horácio na crítica mais geral à velha debochada (1.25), ou como a função dedicatória do epigrama dá à ode 1.15 um carácter exemplar de *renuntiatio amoris*, ou ainda como na ode 3.9 Horácio reapropria a função lúdica do canto amebou para se distanciar da paixão erótica. O último capítulo desta obra aborda o tema do homoerotismo, de preferência ao termo “homossexualidade”, expressão que de facto se centra na prática sexual *per se*, e deixa escapar algumas das matizes principais das relações homoeróticas do mundo antigo que assentavam, muitas vezes, não tanto em práticas sexuais, mas em expressões de poder ou de relações sociais. Com isto em mente, a autora apresenta a ode 2.9 como um exemplo de que Horácio evita nas suas odes retratar as relações pederásticas do mundo grego, favorecendo uma moral sexual mais afim à mentalidade romana, como é a relação entre o *dominus* e o seu *puer delicatus*; e mesmo naquelas odes de inspiração mais grega, como as odes 2.5, 4.1 e 4.10, a autora esforça-se por argumentar, nem sempre com o mesmo grau de eficácia, que estas odes não são especificamente “gregas”, mas uma reafirmação não só da necessidade de fazer depender o amor do momento presente, como também do valor do casamento.

Inserindo-se num vasto campo de discussão, *La morale de l'Amour dans les Odes d'Horace* é o resultado de uma ampla investigação, cuidada e diligente, de uma autora que tem um percurso sólido nos estudos horacianos, maturidade que é aliás evidente na honestidade e probidade intelectuais com que aborda temas que estão longe de ser

consensuais entre os estudiosos da lírica horaciana. Além de apresentar leituras pouco habituais sobre o universo das odes eróticas horacianas, como a sua relação com a Academia e com Cícero, a obra acaba por resultar num excelente e bem conseguido esforço de sistematização de várias ideias que se encontram dispersas numa vasta bibliografia, cujo domínio é hoje humanamente impossível de lograr, em particular na relação de Horácio com a filosofia ou com a elegia latina. Talvez o ponto forte desta monografia seja simultaneamente a sua maior fraqueza, pois parece-nos que os estudos horacianos continuam a viver de uma forma excessivamente autónoma; um livro que discute moral e ética sexuais num autor como Horácio poderia ter dado lugar a leituras que contemplatessem a própria sexualidade romana – tema apenas levemente aflorado no último capítulo – a partir de estudos dedicados especificamente ao assunto, como é exemplo (de muitos que poderíamos aduzir) a relativamente recente obra de Géraldine Puccini-Delbey, *La vie sexuelle à Rome* (2007), que não surge na bibliografia. Por outro lado, parece-nos não ser um pormenor despidendo o facto de Horácio assumir várias vezes na sua obra o seu género masculino, confessando, a tempos, quer a sua incontinência e apetite sexuais, quer mesmo a sua impotência (tema, aliás, recorrente nos seus epodos), e é de estranhar que este tipo de abordagem (como, por exemplo, a relação sexualizada entre o masculino e o feminino, claríssima nas odes) esteja praticamente ausente num texto que versa precisamente a temática sexual, especialmente numa época em que os estudos de género se encontram numa fase de franco desenvolvimento.

PEDRO BRAGA FALCÃO

Centro de Estudos Clássicos

da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa /

Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa

pedrobrfalcao@ft.lisboa.ucp.pt

ROBIN GLINATISIS, *De l'Art Poétique à l'Épître aux Pisons d'Horace: Pour une redéfinition du statut de l'œuvre*, Villeneuve d'Ascq, Presses Universitaires du Septentrion, 2018. 203 pp. ISBN 978-2-7574-2021-89

No contexto da literatura latina do século I a. C., R. Glinatsis declara que, apesar de trechos de reflexão metapoética em Lucrécio, Virgílio, Propércio e Ovídio, não se produziu uma obra autónoma sobre arte poética, omissão que se pode velar com sátiras, odes (sobretudo 4.2) e, em particular, com as epístolas 1.19, 2.1, 2.2 e *Epístola aos Pisões*, de Horácio, que exibem uma “forte résonance métalittéraire”. No entanto, “celles-ci présentent le double inconvénient [...] de ne parler que d'elles-mêmes et de le faire en un langage propre au genre investi” (p. 10). O estudo de Glinatsis começa, assim, a recensar a recepção que a *Epístola aos Pisões* conheceu na Antiguidade (Quintiliano, Diomedes, Pseudo-Ácron, Porfírio) e na Idade Média (Bernard de Utrecht, Conrad de Hirsau e Evrard, o Alemão) para confirmar que a leitura do poema lhe garantiu uma interpretação doutrinária que, na sua origem, lhe seria estranha.

Das reflexões a que o texto de Horácio foi submetido (com prolongamentos renascentistas, como testemunham as obras de Josse Bade e de Marco Girolamo Vida), sublinha-se a sua relação com a retórica: “la tradition médiévale [...] façonne in mode d'interprétation archétypal par et pour l'*Épître aux Pisons*: elle y puise les préceptes nécessaires à l'institution d'une grille de lecture valable pour toute œuvre poétique et l'érige *ipso facto* en manuel théorique” (p. 12). Quando a *Poética* aristotélica é redescoberta (c. 1533), Francesco Robortello e Vincenzo Maggi “mettent en œuvre un travail de décryptage conditionné par la reconnaissance du matériau théorique aristotélicien derrière chaque assertion que pose le poète latin” (p. 15). A submissão da *Arte Poética* à *Poética* tem continuidade nos séculos XVII e XVIII, de que são exemplo obras de René Rapin, embora Horácio comece a reassumir o papel de “maître absolu dans le domaine de la